



## **GOVERNANÇA CORPORATIVA E SISTEMAS CONTÁBEIS: COMO A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS ELEVA A TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E ATRATIVIDADE DE INVESTIMENTOS NAS EMPRESAS**

**Pablo Luiz Martins (UFSJ) – [pablo@ufsj.edu.br](mailto:pablo@ufsj.edu.br)**

**Alice de Faria Rangel (UFSJ) - [alicefaria12345@aluno.ufsj.edu.br](mailto:alicefaria12345@aluno.ufsj.edu.br)**

**Rosiely Nayara Fonseca - [fonsecarosiely@aluno.ufsj.edu.br](mailto:fonsecarosiely@aluno.ufsj.edu.br)**

**Franciane de Oliveira Alvarenga (UFSJ) - [francianealvarenga@ufsj.edu.br](mailto:francianealvarenga@ufsj.edu.br)**

**Denise Carneiro dos Reis Bernado (UFSJ) - [denise@ufsj.edu.br](mailto:denise@ufsj.edu.br)**

### **Resumo**

Diante da crescente importância da transparência e da responsabilidade corporativa no cenário global, este artigo investiga os impactos da adoção de boas práticas de governança corporativa e sistemas contábeis nas empresas. A pesquisa, baseada em uma extensa revisão bibliográfica, revela que a implementação dessas práticas promove não apenas a transparência e a eficiência operacional, mas também atrai investidores ao mitigar riscos e fortalecer a reputação corporativa. Empresas que adotam governança robusta apoiada por sistemas contábeis modernos tornam-se mais competitivas, especialmente em mercados globais, onde a confiabilidade das informações e a prestação de contas são altamente valorizadas. O estudo destaca ainda que essas práticas variam em seus impactos, dependendo do contexto organizacional, mas, de maneira geral, melhoram o alinhamento entre gestores e stakeholders mediante relatórios financeiros precisos e auditáveis. O artigo conclui que a sinergia entre governança corporativa e sistemas contábeis é fundamental para o sucesso a longo prazo das empresas, proporcionando uma base sólida para a gestão estratégica.

**Palavras-chave:** Governança corporativa, transparência, mitigação de riscos, eficiência operacional, atração de investimentos, sistemas contábeis.

### **Abstract**

Given the growing importance of transparency and corporate responsibility in the global landscape, this article investigates the impacts of adopting good corporate governance practices and accounting systems in companies. Based on an extensive literature review, the research reveals that implementing these practices not only promotes transparency and operational efficiency but also attracts investors by mitigating risks and strengthening corporate reputation. Companies that adopt robust governance supported by modern accounting systems become more competitive, especially in global markets where the reliability of information and accountability are highly valued. The study also highlights that these practices vary in their impact depending on the organizational context, but generally improve alignment between managers and stakeholders through accurate and auditable financial reports. The article concludes that the synergy between corporate governance and accounting systems is fundamental to the long-term success of companies, providing a solid foundation for strategic management.

**Keywords:** Corporate governance, transparency, risk mitigation, operational efficiency, investment attraction, accounting systems.



## 1. INTRODUÇÃO

A governança corporativa é composta por um conjunto de regras, práticas e procedimentos que garantem a gestão eficaz das empresas, promovendo o alinhamento dos interesses de seus diversos stakeholders, como acionistas, executivos, funcionários, clientes e fornecedores, sendo os sistemas contábeis sua base operacional. Esses sistemas, englobando as normas do CPC/IFRS, os controles internos do COSO e tecnologias como ERPs, promovem e asseguram a transparência, a prestação de contas e a mitigação de riscos, além de atrair e reter investidores ao fortalecer a confiança na gestão empresarial (Bertucci et al., 2006).

No Brasil, como apontado por Vieira e Mendes (2004), a governança corporativa tem evoluído com ênfase na relação entre gestores e acionistas, espelhando o modelo norte-americano, que prioriza a transparência e a proteção dos investidores, está conectada ao fortalecimento dos sistemas contábeis. A implementação de boas práticas de governança aliada aos relatórios financeiros e procedimentos automatizados melhora o acesso às informações essenciais, o que, por sua vez, fortalece a confiança dos investidores, facilita a captação de recursos e promove o crescimento das empresas. Além disso, a integração entre governança e contabilidade aumentam a percepção de ética e responsabilidade, melhorando a reputação corporativa por meio de rastreabilidade de operações, conformidade regulatória e a redução de distorções via controles internos. Assim, é possível atrair não apenas investidores, mas também clientes e parceiros comerciais.

Este artigo examina os efeitos conjuntos da implementação simultânea de normas de governança corporativa e de sistemas contábeis eficazes, baseando-se em uma ampla revisão bibliográfica de estudos relevantes. A importância da pesquisa está em fornecer uma visão abrangente dos benefícios dessas práticas, não só para a gestão eficiente e a criação de um ambiente corporativo ético, mas também para garantir a sustentabilidade e o crescimento empresarial no longo prazo.

Diante desse contexto, o objetivo principal deste estudo é identificar como os sistemas contábeis potencializam os impactos da governança, sobretudo na redução de riscos, com foco especial em controles preventivos de erros, no valor da empresa e na sustentabilidade, com relatórios integrados. Diversos estudos apontam que a adoção de boas práticas de governança está diretamente associada ao aumento do valor das empresas, tornando-as mais atrativas para os investidores e reduzindo riscos decorrentes de práticas de gestão inadequadas e falta de transparência. Com mecanismos de controle e monitoramento efetivos, as empresas estão mais preparadas para identificar e mitigar potenciais riscos antes que se transformem em problemas críticos.

Dessa forma, fica evidente que as práticas de governança corporativa aliadas aos sistemas contábeis são fundamentais para que as empresas se mantenham competitivas em um ambiente global cada vez mais dinâmico e exigente. Elas não só contribuem para atrair investimentos e aumentar a confiança dos investidores, como também melhoram a reputação corporativa e asseguram uma gestão mais transparente e responsável. Conforme observa Bertucci et al. (2006), o desenvolvimento das práticas de governança corporativa no Brasil reflete a abertura econômica, o processo de privatização e o aumento de investimentos estrangeiros.

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi conduzida uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa. A pesquisa teórica visa desenvolver ou aprofundar o conhecimento sobre um tema específico, sendo baseada na análise de conceitos e teorias



sem a necessidade de coleta de dados empíricos. Segundo Demo (2000), essas pesquisas são dedicadas à reconstrução de teorias e conceitos, buscando aprimorar os fundamentos teóricos de determinado campo de estudo.

A abordagem qualitativa, conforme Creswell (2007), é caracterizada por ser fundamentalmente interpretativa, em que o pesquisador analisa os dados com uma visão holística dos fenômenos sociais. Dessa forma, a pesquisa qualitativa considera a complexidade e a multidimensionalidade dos fenômenos, buscando compreendê-los em sua totalidade.

O presente artigo baseia-se em uma compilação de diversos estudos obtidos através de buscas em plataformas como Google Acadêmico e Scielo, bem como recomendações geradas pelo software ResearchRabbit.

O ResearchRabbit, uma ferramenta gratuita apoiada por inteligência artificial, facilita a descoberta de publicações acadêmicas relevantes por meio de mapas de visualização, ampliando as possibilidades de recomendação de artigos em relação a fontes tradicionais (Cole, Boutet, 2023; p. 43-47 James Cook University, s.d.).

Como este é um trabalho de caráter exploratório, optou-se pela revisão bibliográfica narrativa, uma metodologia que visa mapear as contribuições científicas existentes sobre o tema, proporcionando uma visão ampla e aprofundada. As revisões narrativas são particularmente úteis para oferecer uma visão panorâmica sobre uma área temática, seja no campo teórico ou contextual, permitindo ao leitor atualizar-se de maneira rápida e abrangente sobre o tema (Cordeiro et al., 2021; Rother, 2007).

## **2. SISTEMAS CONTÁBEIS**

### **2.1 Estrutura e Funcionamento dos Sistemas**

Um sistema, para Tatiane Antonovz (2024), “é uma entidade composta por partes inter-relacionadas que funcionam juntas para atingir um objetivo comum.”, isso significa que um sistema não é algo isolado, é um conjunto de elementos - envolvendo pessoas, processos e tecnologias, na qual as partes devem exercer funções específicas para que se conectem e influenciem mutuamente. A autora também menciona que um sistema, pode ser tanto uma organização, como um departamento, quanto uma parte dela, como uma equipe.

De maneira geral, para um bom funcionamento dos sistemas, ele deve se basear em 3 etapas principais, sendo elas, entradas, processamento e saídas. Esses componentes que integram um sistema podem ser identificados da seguinte forma:

**Entradas:** Representam o ponto primordial, o motor propulsor de um sistema. É por meio dessas entradas que o sistema adquire sua funcionalidade operacional.

**Processamento:** Responsável por efetuar as alterações necessárias para transformar as entradas em saídas desejadas.

**Saídas:** Constituem o propósito fundamental de todo sistema. Além de serem sua razão de existir, precisam estar alinhadas com os objetivos específicos de cada sistema (Tatiane Antonovz, 2024, p. 7).



Como exemplo, pode-se citar um sistema de folha de pagamento. As entradas, são os dados dos colaboradores, como jornada de trabalho, remuneração contratual, descontos legais e adicionais. O processamento envolve a aplicação das regras trabalhistas e contratuais para fins de cálculos de encargos, salários e benefícios devidos. Por fim, as saídas incluem os contracheques dos colaboradores, os relatórios contábeis e os documentos fiscais a serem enviados aos órgãos competentes. Portanto, conclui-se que, esse exemplo evidencia como os sistemas atuam de maneira integrada, garantindo a eficiência e rastreabilidade nas operações.

## **2.2 Aplicações dos Sistemas Contábeis nas Organizações**

Para Robert L. Hurt (2014), o conceito é bastante similar ao de Tatiane (2024), pois, segundo o autor, os sistemas de informações contábeis são um agrupamento de atividades correlacionadas, documentos e tecnologias designados a reunir dados, processá-los e descrever informações para aprimorar a tomada de decisão de diversas formas, sendo os tomadores internos e externos das entidades.

Um sistema contábil também é responsável pelo processamento de transações e pela manutenção dos registros contábeis. Tal sistema deve reconhecer transações, calcular valores, classificar operações, lançar dados nos registros, sumarizar informações e relatar estas transações, por meio de relatórios para stakeholders, segundo Gil et al. (2010).

Um sistema contábil pode ser entendido como parte integrante do sistema de informação gerencial, o qual visa atender às necessidades informacionais dos diversos níveis de gestão. De acordo com Padoveze (2014), os sistemas de informação contábil compõem uma estrutura destinada a captar, processar e fornecer informações econômicas e financeiras de uma entidade para seus usuários internos e externos, de forma a embasar a tomada de decisões. Isso reforça que o foco principal do sistema contábil é produzir informações úteis, relevantes e tempestivas.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010), o sistema contábil não deve ser visto apenas como um mecanismo operacional, mas como um meio de comunicação entre a entidade e os usuários da informação. Nesse sentido, a contabilidade cumpre não apenas uma função técnica, mas também estratégica, ao fornecer subsídios fundamentais para a gestão e controle das organizações.

Para Marion (2012), os sistemas contábeis modernos estão cada vez mais integrados a tecnologias de informação, tornando-se sistemas informatizados de apoio à decisão, capazes de gerar relatórios de forma mais ágil, com alto grau de confiabilidade e segurança dos dados.

Complementando, Oliveira (2015) destaca que os sistemas contábeis são vitais para a governança corporativa, pois garantem a rastreabilidade das operações e a transparência dos registros contábeis, atributos essenciais para a prestação de contas (accountability).

## **3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E SISTEMAS CONTÁBEIS: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA O SUCESSO EMPRESARIAL**

Nos últimos anos, a governança corporativa tem desempenhado um papel central na definição das novas tendências de gestão, especialmente nas grandes empresas de capital aberto, ao promover inovações que modernizam sua administração. O conceito de governança corporativa surgiu com o propósito de transformar as organizações em



entidades mais racionais, orientadas por valores éticos e comportamentais, sendo os sistemas contábeis sua base operacional para implementação desses princípios. Essa integração entre governança e contabilidade contribui para a diversificação da economia e da sociedade. A expressão ganhou destaque a partir dos anos 1980 e 1990, e sua relevância aumentou significativamente nos anos 2000, com uma expansão notável dos estudos sobre o tema (Fiorini et al., 2016).

De acordo com Rossetti e Andrade (2022, p. 26), “a compreensão, a internalização e o exercício da governança corporativa estão, há cerca de 25 anos, entre os mais importantes desafios da moderna gestão”. Eles destacam que além do domínio dos conceitos e das melhores práticas, é necessário assimilar o papel fundamental dos sistemas contábeis na materialização desses princípios, com vistas ao futuro. Nesse sentido, Silva e Leal (2015) apontam que “as práticas de governança corporativa no Brasil amadureceram substancialmente, à medida que as empresas adotaram modelos de governança mais alinhados às normas internacionais, apoiados por sistemas contábeis baseados em CPC/IFRS”. Além disso, alguns sistemas têm se mostrado tão críticos quanto as diretrizes de governança, transformando informações em percepções estratégicas e protegendo as empresas contra riscos

A governança corporativa surgiu, em grande parte, como uma resposta às preocupações dos investidores com o aumento do poder dos executivos, que muitas vezes negligenciavam os colaboradores, acionistas minoritários e a sociedade em geral, favorecendo apenas os controladores majoritários (Benedicto et al., 2013). Segundo Braga e Oliveira (2018), essa concentração de poder gera riscos à gestão equilibrada e transparente, destacando a importância de mecanismos de governança apoiados por controles contábeis eficazes, para garantir a equidade entre os stakeholders.

Outro ponto importante para a ascensão das práticas de governança corporativa foi o desenvolvimento das sociedades empresariais e a separação entre propriedade e gestão (gestores). Isso gerou conflitos de interesse que são abordados pela teoria da agência, uma das bases da governança corporativa (Fiorini et al., 2016). Jensen e Meckling (1976), em seu estudo seminal sobre a teoria da agência, afirmaram que a separação entre propriedade e controle cria um terreno fértil para conflitos de interesses entre os gestores e os acionistas, aumentando a necessidade de práticas sólidas de governança.

Arruda et al. (2008, p. 77) explicam que “a teoria da agência analisa as relações entre os participantes de um sistema em que propriedade e controle são designados a indivíduos distintos, o que pode resultar em conflitos de interesse”. Em síntese, a teoria da agência estuda a divisão de poder entre acionistas e gestores, além dos desafios associados a essa divisão (Mendes, 2001). Para Solomon (2013), os mecanismos de governança corporativa são essenciais para mitigar esses conflitos e garantir que os gestores ajam no melhor interesse dos acionistas.

Fiorini et al. (2016, p. 3) destacam que “a governança corporativa envolve um conjunto de regras e práticas destinadas a manter a harmonia entre acionistas e altos executivos”, estabelecendo diretrizes que promovem a coesão organizacional. Fundamentada em princípios éticos, a governança corporativa orienta a conduta dos negócios e se fortalece por fatores macroeconômicos e microeconômicos. Além dos princípios básicos, a governança é apoiada por institutos legais e regulamentações que evoluem constantemente para refletir os valores que sustentam a boa governança (Rossetti; Andrade, 2022). Segundo o estudo de Bebchuk e Weisbach (2010), uma governança robusta está correlacionada com o desempenho financeiro das empresas, ressaltando sua importância estratégica para a criação de valor sustentável.



Para Silva (2012, p. 29), "a governança corporativa é um conjunto de práticas voltadas para otimizar o desempenho das companhias, protegendo investidores, empregados e credores, e facilitando o acesso ao capital", sendo os sistemas contábeis o mecanismo que transforma essas práticas em resultados mensuráveis, uma vez que, a automatização de processos elimina tarefas manuais, reduzindo erros e tempo de execução, enquanto a integração com outros sistemas centraliza informações e melhora a eficiência operacional. Nesse sentido, Aguilera e Jackson (2010) reforçam que a governança corporativa não é apenas uma forma de controle, mas também um meio de melhorar a confiança dos investidores, promovendo uma maior eficiência no mercado de capitais.

De acordo com Carvalho et al. (2013), a governança corporativa influencia a cultura, valores e atitudes que moldam as interações dentro de uma sociedade, estabelecendo normas e procedimentos que regulam a convivência coletiva e organizacional, sendo os sistemas contábeis as ferramentas que materializam essa influência nas operações diárias das empresas. Estudos como os de La Porta, Lopez-de-Silanes, Shleifer e Vishny (2000) também identificam que as empresas com melhores práticas de governança e sistemas contábeis sólidos tendem a ter acesso mais fácil ao capital e apresentam menor custo de financiamento, o que é crucial para sua sustentabilidade.

Apesar dos avanços e benefícios apresentados, a adoção de práticas robustas de governança corporativa e de sistemas contábeis modernos enfrenta desafios significativos, principalmente em empresas de pequeno e médio porte. A implementação pode demandar investimentos elevados em tecnologia, capacitação de pessoal e mudanças na cultura organizacional, o que nem sempre é viável ou bem-sucedido. No campo dos sistemas contábeis, destaca-se a necessidade de constante atualização tecnológica e atenção aos riscos cibernéticos, especialmente em ambientes altamente digitalizados. Tais limitações devem ser consideradas por gestores ao estruturar estratégias de controle e transparência, evitando uma visão idealizada desses instrumentos.

Em suma, embora existam várias definições de governança corporativa, todas elas convergem em termos de conceitos, princípios e finalidades. De forma mais ampla, governança corporativa é a integração de normas e práticas que visam maximizar a eficiência interna e externa das empresas, ajudando-as a alcançar seus objetivos estratégicos, enquanto promovem valores de transparência, equidade e responsabilidade com todos os stakeholders envolvidos (Silva, 2012). Para Shleifer e Vishny (1997), essa integração é crucial para garantir que as empresas utilizem seus recursos de forma eficiente, minimizando os custos de agência e maximizando o valor para os acionistas. Portanto, os sistemas contábeis modernos, servem tanto como ferramenta de implementação quanto como mecanismo de verificação das práticas de governança, indo além do simples registro de transações para se tornarem verdadeiros alicerces da transparência, eficiência e atratividade de investimentos.

#### **4. BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANCA CORPORATIVA: CAMINHO PARA A TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES.**

As boas práticas de governança corporativa estão alicerçadas em quatro pilares fundamentais: compliance (conformidade legal), accountability (prestação responsável de contas), disclosure (transparência) e fairness (equidade). Estas práticas asseguram que as empresas operem dentro das leis, evitem fraudes contábeis, mantenham a



transparência na divulgação de informações e tratem todos os stakeholders de maneira justa e igualitária. Isso envolve respeitar os direitos de acionistas, credores, gestores e demais interessados (Brandão; Bernardes, 2005; IBGC, 2023).

Conforme destaca Andrade et al. (2018), "a governança corporativa é essencial para o equilíbrio entre o controle interno e a tomada de decisões, especialmente em ambientes competitivos". Tavares e Penedo (2018, p.41) observam que "a adoção de práticas de governança corporativa beneficia tanto grandes quanto pequenas empresas". Enquanto as empresas menores, por estarem em crescimento, necessitam de capital externo, as grandes empresas frequentemente enfrentam maiores problemas de agência devido ao seu fluxo de caixa livre. Ambas, portanto, encontram incentivos para adotar melhores práticas de governança, com as empresas maiores normalmente dispondo de mais recursos para implementar essas práticas.

De acordo com Shleifer e Vishny (1997), "a governança corporativa assegura que os investidores obtenham retornos sobre seus investimentos ao alinhar os interesses de gestores e acionistas". Nesse sentido, a B3 introduziu diferentes níveis de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, para classificar as empresas listadas em seu mercado (Junqueira et al., 2015). Ao firmarem contrato com a B3 para aderirem a um desses níveis, as empresas se comprometem voluntariamente a seguir um conjunto de regras de governança mais rigorosas. A B3 também desenvolveu o Índice de Governança Corporativa (IGC) em 2001 para avaliar o desempenho das empresas que participam dos Níveis Diferenciados e do Novo Mercado (Reinaldi et al., 2022).

Em sua pesquisa, La Porta et al. (2000) afirmam que "empresas com boa governança corporativa tendem a ser mais atrativas para investidores internacionais, dado o menor risco associado a práticas desleais". Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015), o Nível 1 representa empresas com baixo grau de governança corporativa, o Nível 2 empresas com um grau médio e o Novo Mercado aquelas com um elevado grau de governança. As empresas que aderem a esses níveis apresentam não apenas um aumento na confiança dos investidores, mas também, de acordo com Junqueira et al. (2015), uma diminuição nos riscos associados ao comportamento das ações no mercado, embora não tenham sido detectadas diferenças significativas nos retornos dessas ações.

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2023, p.11), elaborado pelo IBGC, tem se mostrado um recurso essencial para empresas de diferentes setores, tamanhos e naturezas jurídicas. O documento, revisado e atualizado ao longo dos anos, reflete as tendências mais recentes em governança corporativa. Ele destaca a ética como o principal pilar da governança, ao estabelecer diretrizes que orientam as empresas em direção a uma conduta responsável, promovendo uma relação saudável entre as partes interessadas, o meio ambiente e a sociedade (OECD, 2015).

Os fundamentos das boas práticas de governança corporativa aliadas aos sistemas contábeis, podem ser sintetizados conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1: Fundamentos das boas práticas de governança corporativa aliadas aos sistemas contábeis

<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Referências</b>
Transparência (divulgação)	A comunicação deve ir além do desempenho econômico-financeiro, incluindo fatores intangíveis que criam valor. Mudanças acionárias ou informações importantes devem ser divulgadas gratuitamente.	Silva (2012, p. 95); Andrade e Rossetti (2004)



Equidade (justiça)	Empresas devem garantir tratamento justo a todos os stakeholders. Salários de executivos devem ser aprovados pelo conselho. Planos de opções de ações precisam ser aprovados pelos acionistas, e empréstimos pessoais a diretores não são permitidos.	Silva (2012, p. 97); Andrade e Rossetti (2004)
Prestação responsável de contas	Agentes de governança devem prestar contas e responder por seus atos. CEO e CFO devem assegurar relatórios financeiros corretos e divulgar deficiências nos controles internos aos auditores.	Andrade e Rossetti (2004)
Responsabilidade social e ambiental (sustentabilidade)	Conselheiros e executivos devem garantir a sustentabilidade, incorporando aspectos sociais e ambientais nos negócios e operações. A continuidade das empresas deve respeitar a sociedade e o meio ambiente.	Silva (2012, p. 97); IBGC (2023)
Segurança e conformidade legal (compliance)	Empresas devem cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo legislação trabalhista, ambiental, tributária e regulatória. Um código de ética deve orientar executivos em conflitos de interesse e adesão às leis. Também é necessário a proteção de dados contra acessos não autorizados e alinhamento a normas, como a LGPD.	Lana (2023, p. 12); Andrade e Rossetti (2004)
Precisão dos dados	O sistema deve garantir a exatidão das informações contábeis, evitando erros de lançamento ou processamento. Exige validação automatizada e auditoria periódica.	COSO (2013); IBGC (2015)
Integração de processos	Capacidade de interligar diversas áreas em tempo real, o que elimina a redundâncias e assegura uma boa consistência nos relatórios.	Laudon & Laudon (2020); Gil (2010)

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Em conformidade com as diretrizes internacionais, Clarke (2004) sugere que "a governança corporativa não é apenas um mecanismo de controle, mas um sistema que promove a integração entre ética e negócios para garantir o crescimento sustentável das empresas". Em suma, a governança corporativa, pautada nos princípios da equidade, transparência, ética e responsabilidade legal, orienta as decisões empresariais, maximizando o retorno dos investidores e garantindo a perenidade no mercado. Ao adotar boas práticas de governança, as empresas não apenas aumentam o valor de seu capital, mas também se posicionam de forma competitiva e sustentável (Reinaldi et al., 2022).

A governança corporativa (GC) é uma ferramenta essencial para promover a transparência e aumentar a confiabilidade das empresas. A GC atua no alinhamento dos interesses dos administradores com os das partes interessadas, reduzindo a assimetria informacional entre gestores e acionistas. Ao mitigar essa disparidade de informações, a governança corporativa garante que todos os stakeholders, especialmente os acionistas, sejam tratados de maneira mais equitativa (Troczyk et al., 2019).



Compreendendo a relevância da governança corporativa para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, a B3 (Bolsa Brasil Balcão) implementou uma classificação para as empresas listadas, baseada na qualidade de suas práticas de governança. Essa classificação é composta por níveis que medem o grau de adoção das melhores práticas de governança corporativa. Dessa forma, os investidores são capazes de identificar quais empresas seguem os padrões mais modernos e transparentes de respeito aos acionistas, auxiliando na tomada de decisões informadas (Trocz et al., 2019).

De acordo com a B3 (2023), os segmentos de listagem diferenciados adotam regras de governança corporativa que ultrapassam as exigências previstas na Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.). Essas regras, voluntariamente assumidas pelas empresas, têm como objetivo elevar sua avaliação perante o mercado. Além disso, tais normas são atrativas para investidores, pois garantem direitos aos acionistas e promovem a transparência na divulgação de informações, contribuindo para a redução do risco de assimetria informacional.

Os níveis, ou segmentos de listagem especiais da B3 são apresentados em 5 categorias, Bovespa Mais, Bovespa Mais 2, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

1- Bovespa Mais: Focado em médias e pequenas empresas que buscam uma entrada gradual no mercado, permitindo a implementação progressiva de práticas de governança mais rigorosas. A listagem na bolsa pode ser feita sem oferta imediata, com um prazo de até sete anos para a realização do IPO (B3, 2023).

2- Bovespa Mais 2: Semelhante ao Bovespa Mais, mas permite ações preferenciais (PN) e segue regras mais rígidas (B3, 2023).

3- Nível 1: Exige práticas adicionais de transparência, ou seja, divulgando informações além daquelas exigidas por lei e só permite ações ordinárias (ON), sendo um estágio intermediário (B3, 2023).

4- Nível 2: Permite ações PN e garante *tag along* (mecanismo legal que protege os acionistas minoritários de uma empresa) a todos os acionistas. As PN também votam em decisões críticas, como fusões e contratos relevantes, mantendo a essência do Novo Mercado (B3, 2023).

5- Novo Mercado: Define o mais alto padrão de governança, permitindo apenas ações ON e garantindo máxima transparência e proteção aos investidores, ideal para empresas que buscam ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor (B3, 2023).

Assim, a governança corporativa desempenha um papel vital não apenas na promoção da transparência e confiabilidade, mas também no fortalecimento da equidade entre os envolvidos, criando um ambiente empresarial mais justo e eficiente (Trocz et al., 2019).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo examinar os impactos da adoção de práticas de governança corporativa integradas a sistemas contábeis nas empresas por meio de uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa. A revisão bibliográfica realizada confirmou que, quando bem implementadas, essas práticas são essenciais não apenas para o funcionamento eficaz das empresas, mas também para seu sucesso e competitividade a longo prazo.

A governança corporativa, conforme destacado na literatura, envolve práticas, políticas e processos que orientam a gestão e o controle das empresas, promovendo



sustentabilidade, transparência e eficiência operacional. Essa estrutura, quando sustentada por sistemas contábeis eficientes, amplia sua capacidade de atuação ao oferecer informações confiáveis, tempestivas e padronizadas, essenciais para a tomada de decisões estratégicas e operacionais. Dessa forma, a contabilidade assume papel não apenas técnico, mas estratégico, atuando como base operacional da governança e contribuindo para a rastreabilidade, o controle e a mitigação de riscos.

Ao integrar esses dois pilares — contabilidade e governança — as empresas fortalecem a confiança de seus diversos stakeholders, incluindo investidores, clientes e parceiros comerciais. Essa confiança é consolidada pela transparência na divulgação de informações, pela prestação de contas e pela ética corporativa evidenciada por controles internos eficazes e relatórios integrados. Esses fatores são determinantes para atrair investimentos, facilitar a captação de recursos e elevar o valor de mercado das empresas, especialmente em um ambiente de negócios globalizado e altamente regulado.

Além disso, conforme abordado na introdução, a governança corporativa no Brasil tem evoluído com foco na proteção dos investidores e no fortalecimento da relação entre gestores e acionistas, espelhando modelos internacionais. A literatura aponta que essa evolução tem sido acompanhada por avanços significativos nos sistemas contábeis, o que tem possibilitado maior conformidade regulatória, menor assimetria informacional e um ambiente de negócios mais transparente e ético. Portanto, os efeitos conjuntos da governança corporativa e dos sistemas contábeis evidenciam uma sinergia positiva que impacta diretamente a reputação corporativa e a sustentabilidade organizacional.

As implicações práticas dessa pesquisa são significativas para empresas de diferentes portes e contextos. Para grandes corporações, sobretudo as de capital aberto, adotar uma governança sólida e manter sistemas contábeis atualizados é crucial para garantir o compliance, reduzir o custo de capital e competir em mercados internacionais. Já para pequenas e médias empresas, essas práticas representam um diferencial competitivo que fortalece a cultura organizacional e facilita o acesso a financiamentos e parcerias estratégicas. Em especial, as empresas de pequeno porte enfrentam algumas limitações operacionais e financeiras para implementar esses controles, por isso, é necessário reconhecer os desafios envolvidos nesse processo.

Ainda que este estudo tenha explorado os impactos gerais das práticas de governança corporativa, há várias áreas que merecem ser aprofundadas em futuras pesquisas. Estudos empíricos que investiguem o impacto da governança em setores econômicos específicos podem fornecer insights mais detalhados sobre a aplicação dessas práticas. Além disso, uma análise comparativa entre países poderia revelar como diferentes estruturas legais e culturais influenciam a adoção e os resultados da governança corporativa e dos sistemas contábeis associados.

Outro campo promissor é a interseção entre governança corporativa e inovação tecnológica. Com a crescente digitalização e transformação dos modelos de negócios, é fundamental entender como as práticas de governança podem ser adaptadas para fomentar a inovação de maneira sustentável, sem comprometer a transparência e a responsabilidade, e como os sistemas contábeis podem evoluir para suportar essas novas demandas. A incorporação de tecnologias como Business Intelligence (BI), Big Data e Inteligência Artificial no ambiente contábil representa uma nova fronteira para o aprimoramento dos controles internos e da qualidade das informações geradas.

Conclui-se, portanto, que a adoção de boas práticas de governança corporativa integradas a sistemas contábeis eficientes é uma estratégia indispensável para empresas



que almejam sustentabilidade, transparência e competitividade em ambientes dinâmicos e globalizados. Este estudo reforça a importância de uma governança robusta, não apenas como ferramenta para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos, mas também como um impulsionador de uma cultura ética, inovadora e voltada para o crescimento sustentável, com os sistemas contábeis desempenhando papel fundamental nesse processo. A continuidade das pesquisas sobre o tema permitirá aprimorar ainda mais as estratégias de governança e os sistemas contábeis que as suportam, fortalecendo tanto as empresas quanto o mercado em geral.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. *Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Livros%20FDC/LIV%202004/Governança%20Corporativa.pdf>. Acesso em: 01/12/2025.

ANDRADE, Liliane Maria Nery; FUJINO, Asa. Condicionantes da qualidade da informação contábil à luz do regime de informação do sistema de governança corporativa: uma aproximação conceitual. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 16, n. 48, p. 533-562, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2961>. Acesso em: 01/10/2025.

ANTONOVZ, Tatiane. *Sistemas contábeis*. Editora Senac São Paulo, 2024. Disponível em: <https://books.apple.com/br/book/sistemas-cont%C3%A1beis/id6581480091>. Acesso em: 01/10/2025.

ARRUDA, G. S.; MADRUGA, S. R.; FREITAS JUNIOR, N. I. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. *Revista de Administração*, v. 1, n. 1, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/570/430>. Acesso em: 05/06/2025.

B3. Segmentos de listagem diferenciados. 2023. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/segmentos-de-listagem.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/segmentos-de-listagem.htm). Acesso em: 17/05/2025.

BEBCHUK, Lucian A.; WEISBACH, Michael S. The State of Corporate Governance Research. *The Review of Financial Studies*, v. 23, n. 3, p. 939-961, 2010.

BERTUCCI, J. L. O.; BERNARDES, P.; BRANDÃO, M. M. Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Administração – RAUSP*, vol. 41, núm. 2, pp. 183-196. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417482006.pdf>. Acesso em: 27/05/2025.

BRANDÃO, M. M.; BERNARDES, P. Governança corporativa e o conflito de agência entre os acionistas majoritários e os minoritários no sistema de decisões estratégicas das corporações brasileiras. XXIX Encontro Nacional de ANPAD - ENANPAD, 2005, Brasília.



CARVALHO, De Benedicto Samuel; DE SOUZA, Guimarães Júnior Ernani; PEREIRA, José Roberto; NOGUEIRA, de Andrade Gustavo Henrique. Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, vol. 15, núm. 2, Universidade de Lavras, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87828781010.pdf>. Acesso em: 09/06/2025.

CLARKE, Thomas. *Theories of Corporate Governance: The Philosophical Foundations of Corporate Governance*. Routledge, 2004.

COLE, Victoria; BOUTET, Mish. ResearchRabbit. *Journal of the Canadian Health Libraries Association*, v. 44(2), 2023 Aug. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10403115/>. Acesso em: 10/06/2025.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, dezembro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v34n6/11.pdf>. Acesso em: 25/05/2025.

COSO. *Internal Control - Integrated Framework*. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, 2013.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DANIELLI, Luciana; QUEIROZ, Chaudete. *Curso de Acesso à Informação Científica e Tecnológica em Saúde. A Arte de Pesquisar II: estratégia de busca e fontes de informação: conceitos, abordagens, portal CAPES*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29469>. Acesso em: 14/06/2025.

DEMO, P. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FIORINI, A. F.; ALONSO JÚNIOR, N.; ALONSO, V. L. C. Artigo: Governança corporativa: conceitos e aplicações. XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2016, Resende. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/19524178.pdf>. Acesso em: 25/05/2025.

GIL, Antônio de Loureiro; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, Tiago Nascimento. *Sistemas de Informações Contábeis: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Saraiva, 2010.

HURT, Robert L. *Sistemas de Informações Contábeis: Conceitos Básicos e Temas Atuais*. AMGH Editora, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 6ª edição*, 2023. São Paulo. Disponível em:



[https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24640/2023\\_Codigo\\_das\\_Melhores\\_Praticas\\_Corp\\_6aEd.pdf](https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24640/2023_Codigo_das_Melhores_Praticas_Corp_6aEd.pdf). Acesso em: 01/06/2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. *Manual de Contabilidade Societária*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JAMES COOK UNIVERSITY. What is ResearchRabbit? Disponível em: [https://www.jcu.edu.au/data/assets/pdf\\_file/0008/1958831/Research-Rabbit-Overview.pdf](https://www.jcu.edu.au/data/assets/pdf_file/0008/1958831/Research-Rabbit-Overview.pdf). Acesso em: 29/05/2025.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JUNQUEIRA, L. R.; SOARES, C. H.; BRESSAN, A. A.; & BERTUCCI, L. A. Impactos da adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa sobre a estrutura de capital das empresas brasileiras. *Revista de Administração da UFSM*, 10(3), 420-436, 2017, Santa Maria. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1983465911276>. Acesso em: 10/06/2025.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Investor Protection and Corporate Governance. *Journal of Financial Economics*, v. 58, n. 1-2, p. 3-27, 2000.

LANA, Henrique Avelino. *Pensamentos Atuais e Práticos sobre o Direito no Mundo Contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023. Disponível em: <https://experteditora.com.br/wp-content/uploads/2023/06/PENSAMENTOS-ATUAIS-E-PRACTICOS-SOBRE-O-DIREITO-NO-MUNDO-CONTEMPORANEO.pdf>. Acesso em: 10/06/2025.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Sistemas de Informação Gerenciais*. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, Andréa Paula Segatto. *Teoria da agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa*. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.

OECD. *G20/OECD Principles of Corporate Governance*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/58478f0f-pt>. Acesso em: 01/12/2025.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas, Organização e Métodos: Uma abordagem gerencial*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade Gerencial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REINALDI, M. A. A.; ANGELO, G.; FREITAS, C. C. G.; BRESSAN, I. C. Análise da relação entre governança corporativa, estrutura de capital e desempenho de empresas de capital aberto: uma revisão de literatura. *Revista Científica Acertte*, v. 2, n. 11, 2022, Jundiaí. Disponível em: <https://acertte.org/index.php/acertte/article/view/107/87>. Acesso em: 10/06/2025.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana de. *Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, jun 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19/05/2025.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. *A Survey of Corporate Governance*. *The Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, Edson Cordeiro da. *Governança Corporativa nas Empresas: Guia Prático de Orientação para Acionistas, Investidores, Conselheiros de Administração e Fiscal, Auditores, Executivos, Gestores, Analistas de Mercado e Pesquisadores*. São Paulo: Atlas, 2012.

SOLOMON, Jill. *Corporate Governance and Accountability*. 4ª ed. John Wiley & Sons, 2013.

TAVARES, V. B.; PENEDO, A. S. T. Níveis de governança corporativa da B3: interesse e desempenho das empresas – uma análise por meio de redes neurais artificiais. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 21, n. 1, p. 40-62.